

Prossegue polêmica sobre aprovação da Constituinte

10 OUT 1985

João Aurélio de Abreu

A reunião da última terça-feira entre os líderes de todos os partidos políticos, com assento no Congresso Nacional, na residência do presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, teve um objetivo definido e específico: garantir a convocação da Assembleia Nacional Constituinte-Congressual. O objetivo foi atingido. Os líderes do PMDB, PFL, PDS e PTB se comprometeram a aprovar a emenda que for apresentada nesse sentido. O PT, representado pelo deputado Djalma Bom, foi contrário a aprovação da proposta, enquanto o petetista Nadyr Rossetti fez algumas restrições.

Existe um ponto que deve ser ressaltado. A garantia da aprovação feita pelo PTB e PDS não foi dada à proposta enviada pelo presidente da República, José Sarney. Mas, sim, à essência da emenda, ou seja, à convocação da Assembleia Nacional Constituinte formada pelos deputados e senadores eleitos em 86. Assim sendo, poderá ser um substitutivo do relator da matéria, deputado Flávio Bierrembach, nesse sentido, ou mesmo a proposta do PTB que trata da mesma matéria.

Ao mesmo tempo, o deputado Nadyr Rossetti fez uma advertência: "Existe um movimento efervescente no meio de todos os partidos que não concorda com a emenda Sarney, as lideranças devem se cuidar". Segundo o líder do PDT, "quem está evitando a Constituinte livre e soberana, da forma que o plenário quer, são as lideranças".

O petista Djalma Bom disse que não houve o interesse da liderança do PMDB de divulgar a garantia de aprovação da essência da emenda Sarney — Congresso-Constituinte em 86 — para evitar que a sociedade se mobilize com o intuito de tentar evitar a aprovação da emenda do presidente da República. Djalma ficou insatisfeito com o fato de pouco se ter discutido sobre a anistia, a revogação das leis de exceção e a proposta do PT de criação das comissões consultivas municipais.

O líder do PDT, Nadyr Rossetti, disse que o tema desincompatibilização não chegou nem a ser levantado. Ele estranhou o fato de, no início da reunião, ter se deparado com o fato consumado do compromisso das lideranças dos partidos majoritários em favor da Constituinte-Congressual. Foram discutidos, de acordo com Rossetti, apenas questões formais como a data de votação entre os dias 21 e 23; a hipótese dos delegados constituintes, que foi unanimemente rejeitada pelas lideranças; a criação da comissão para elaborar os trabalhos legislativos ordinários — que teve uma aprovação majoritária, mas nada ficou decidido sobre o assunto. Nesse sentido, foram apresentados dois exemplos, o da Itália que logo após a segunda guerra criou uma comissão semelhante, e o da Espanha onde o Congresso ordinário criou uma comissão constituinte.

Autônomo

De acordo com o líder do PT, o partido não abre mão de suas reivindicações. Quer uma constituinte autônoma. Por seu turno, o PDT apenas apresentou as suas posições, como por exemplo, eleições gerais em 86. Nadyr disse que os dois últimos exemplos históricos favorecem a sua colocação. Em 34 a Constituinte foi eleita sem o pleito para presidente da República, e não deu certo. Na Constituinte de 46 também se promoveu a eleição para presidente e acabou dando resultado positivo.

O PDT defendeu a modificação no critério da proporcionalidade atual para as eleições dos deputados, senadores e constituintes. Suas colocações tiveram o apoio apenas do PT, as demais lideranças denominaram os itens enumerados por ele de "penduricalhos".

De acordo com o líder do PTB, Gastone Righi, houve um comprometimento de que o plenário aprove a convocação da Constituinte que será formada pelos deputados e senadores eleitos em 86. Não importando que seja através do substitutivo do deputado Flávio Bierrembach, ou da própria emenda que já tramita no Congresso, do PTB. No entanto, ele ressaltou que irá lutar pela primazia de sua proposta.

Magalhães quer texto reformista

Recife — O governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, afirmou, ontem, que a próxima Constituição Nacional não pode ser "conservantista nem revolucionária, e sim reformista, como o conjunto da sociedade brasileira atual", e advertiu: "Se assim não ocorrer, ela não vai durar. Terá a mesma sorte das anteriores, se bem que houve uma exceção no Império, quando, embora outorgada, a Constituição durou 70 anos".

Magalhães acha, por isso, que, embora não se possa evitar a influência do poder econômico no pleito — "isso só vai ocorrer quando eliminarmos a pobreza, pois é fruto dela" — a Constituinte que virá não será mais conservadora do que a atual: "Há um espírito reformista no País que domina todos os setores da sociedade e já avançamos muito. O voto do brasileiro é, hoje, esmagadoramente independente".

O Palácio do Planalto conseguiu construir uma solução jurídica mais do que satisfatória no tocante à convocação de uma Constituinte sem a quebra da ordem institucional — disse o governador.

A partir da emenda do Planalto, ele acredita que "qualquer inovação é um elemento complicador", e concluiu: Há, também, um outro complicador na discussão, que é o tempo. Quanto mais demorarmos a convocar a Constituinte, mais estaremos distantes de uma nova Constituição.

O governador afirmou que simpatiza muito com o referendo, mas não quis adiantar se o

defende em relação à nova Constituição — "o referendo foi experimentado historicamente para reformas constitucionais na Suíça e na França: para uma Constituição que saia de uma Constituinte, acho que é novidade" — mas adiantou que "ninguém melhor do que o povo para se pronunciar sobre seus interesses e a representação parlamentar nunca é perfeita".

Sobre a outorga do poder Constituinte aos senadores eleitos em 1982, ele falou que considera mais correto que, na cédula de votação, os eleitores possam dizer, respondendo sim ou não, se esses senadores terão direito a elaborar a nova Constituição: "Este é o meu ponto de vista pessoal e penso que deva ser o dos atuais senadores, porque se isso não ocorrer poderão depois ser acusados de constituintes bionicos".

OAB

De 15 a 19 de outubro, realiza-se na Ordem dos Advogados do Brasil — seção DF, o II Congresso de Advogados pró-Constituinte.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Baeta, disse que a partir deste Congresso a OAB entra numa nova fase de debates em torno da Assembleia Nacional Constituinte.

Os temas que constam da pauta a ser discutida pelos advogados, englobam a apresentação de testes sobre direitos e garantias do ser humano, ordem econômica e social, o poder político, o poder judiciário e ministério público e o direito dos trabalhadores.

ANC 88
Pasta 10/85-1
689/1985